

ILUSTRE SENHOR PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DIVINO/MG

Aos cuidados da Comissão Permanente de Licitação do Município de Divino/MG, nos termos do item 05 e do item 9.1, Seção XVI do Edital.

Tomada de Preços nº 005/2022
Processo Licitatório nº 082/2022

ECOMIG GESTÃO DE RESÍDUOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 44.618.485/0001-57, com sede na Rua Castelo de Alcazar, nº 125, Castelo, Belo Horizonte-MG, CEP 31.330-10, vem, respeitosamente, apresentar o presente **Recurso Administrativo** em face da decisão da r. Comissão de Licitação que Habilitou os Licitantes, consoante ata de habilitação lavrada em 30 de setembro de 2022, nos termos do art. 109, inciso I, alínea a, da Lei nº 8.666/93, bem como da **Seção XVI** do Edital de Tomada de Preços nº 005/2022.

I. DO CABIMENTO E TEMPESTIVIDADE DO RECURSO ADMINISTRATIVO

Consoante o disposto no art. 109, I, “a” da Lei nº 8.666/1993, em consonância com o item 3 da **Seção XVI**, intitulado “*Impugnações e Recursos*”, do edital de **Tomada de Preços nº 005/2022**, é assegurado aos licitantes a interposição de recurso administrativo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, **a contar da lavratura da ata, nos casos de habilitação ou inabilitação do licitante.**

Nos termos dos andamentos do respectivo certame, a lavratura da ata de habilitação ocorreu no dia 30 de setembro de 2022 (sexta-feira), tendo seu marco inicial no primeiro dia útil subsequente, isto é, em 03 de outubro de 2022 (segunda-feira), não havendo dúvidas de que o prazo fatal dar-se-á em **07 de outubro de 2022 (sexta-feira)**, motivo pelo qual perfeitamente tempestivo.

II. BREVE SÍNTESE

O processo licitatório nº 082/2022, deflagrado no edital de Tomada de Preços nº 005/2022, tem como escopo a contratação de empresa para prestação de serviços contínuos de limpeza pública no Município de Divino/MG, consoante especificações técnicas e quantitativos presentes nas partes integrantes do instrumento convocatório.

Este Recurso Administrativo é interposto em face da decisão proferida por este r. Comissão Permanente de Licitação, em 30 de setembro de 2022, consubstanciada na lavratura da ata que **habilitou todos os licitantes participantes do presente certame.**

Em apertada síntese fática e jurídica, a Recorrente se deparou com situações que ferem o princípio basilar da *Vinculação ao Instrumento Convocatório*, aos demais princípios administrativos, aos

preceitos legais presentes na Lei nº 8.666/93, além de toda a jurisprudência específica que rege a licitação pública.

Isso porque, consoante será demonstrado de forma minuciosa adiante, as empresas licitantes **PORTES & TRANIN LTDA. – EPP, PCK LTDA., EVOLUÇÃO SERVIÇOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA., HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELI – ME e FERNANDO A. DA SILVA** não cumpriram com todas as disposições editalícias, especialmente a ***Seção VI “das condições de participação na licitação”***, já que não apresentaram de forma válida e regular todos os documentos exigidos para que fossem habilitadas no certame em tela.

Nesse sentido, vem a **ECOMIG** apresentar o presente *Recurso*, com o objetivo de elucidar a situação narrada e demonstrar as máculas atinentes à habilitação destes licitantes, para que, ao final, sejam as empresas acima citadas **inabilitadas**, devendo ser lavrada nova ata de habilitação para constar tão somente a empresa ora Recorrente como **habilitada** na presente Tomada de Preços.

III. DOS PRINCÍPIOS BASILARES QUE REGEM À LICITAÇÃO: PRINCÍPIO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DA ISONOMIA

Inicialmente, faz-se necessária a introdução de conceitos principiológicos que são de extrema importância para a análise pormenorizada que será realizada nestas razões recursais em face da Ata de Habilitação lavrada em 30 de setembro de 2022, bem como dos documentos dos licitantes participantes do procedimento licitatório em voga.

De forma geral, cumpre esclarecer que no relacionamento com os particulares, a Administração Pública está subordinada constitucionalmente à observância de alguns princípios basilares.

Dentre estes princípios, em destaque, têm-se o Princípio da Isonomia, cuja relevância está prevista em diversos dispositivos constitucionais, tais como o art. 5º, *caput* e o art. 19, III e o art. 37, XXI, este último que expressamente determina que as contratações públicas serão promovidas de modo a assegurar a **igualdade de condições de todos os concorrentes**.

Para consecução de seus serviços, sejam eles primordiais e complexos ou até serviços intermediários e mais simples, a Administração possui a faculdade de realizar contratações de terceiros, sendo que essas se dão, **em regra, pela licitação**, com exceção da dispensa e inexigibilidade.

Neste contexto, após deflagrado procedimento licitatório justo, seguindo os preceitos legais atinentes à espécie e sem intercorrências que maculam o andamento do certame, **a Administração deve, ao fim, escolher dentre os concorrentes, aquele que se encaixa de forma objetiva aos critérios editalícios**, bem como aqueles que apresentam as propostas condizentes com o que almeja o órgão responsável pela contratação.

Para Celso Antônio Bandeira de Mello, de forma conclusiva, o Princípio da Isonomia ou Igualdade consiste em *“assegurar regramento uniforme às pessoas que não sejam entre si diferenciáveis por razões lógicas e substancialmente (isto é, em face da constituição) afinadas com eventual disparidade de tratamento”*.¹

¹ Princípio da Isonomia: Desequiparações proibidas e desequiparações permitidas”, Revista Trimestral de Direito Público 1/83. São Paulo: Malheiros, 1993.

Sob este primeiro ângulo principiológico, não restam dúvidas do dever da Administração de **tratar com igualdade todos os licitantes, sem qualquer tipo de discriminação e tão menos atribuindo vantagem, impondo, ao ensejo, requisitos proporcionais com as necessidades da futura contratação.**

O Edital Licitatório da *Tomada de Preços nº 001/2022*, deflagrado pelo Município de Divino/MG, na visão da Recorrente, possui **listagem de requisitos de habilitação extremamente compatíveis com o objeto pelo qual se objetiva a contratação**, requisitos estes que devem ser analisados à risca pelo ente municipal responsável pela condução do certame, especialmente por conta do **Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório**.

Sabe-se que a licitação é um procedimento orientado a reduzir o risco de escolhas fundadas em critérios subjetivos, **vinculando o administrador à disciplina legal e ao conteúdo do ato convocatório**.

Nesta seara, **destaca-se que a Administração, dispondo de sua margem de autonomia e liberalidade – dentro da legalidade – para configurar o certame e para determinar todas as condições da disputa antes de seu início**, especificamente no que diz respeito à escolha dos documentos necessários para a habilitação dos licitantes, **se encontra vinculada ao ato convocatório que deflagrou, devendo segui-lo e respeitá-lo, de forma objetiva**.

Desta forma, portanto, serve o exposto para concluir que o Administrador, no seu ônus de agir amparado pelos preceitos legais e principiológicos atinentes às licitações, **deve atribuir a isonomia entre os licitantes, analisando suas propostas e documentos de habilitação de forma objetiva, vinculado aos requisitos do instrumento convocatório!**

De forma minuciosa e para melhor organização, seguem as razões para inabilitação dos licitantes em tópicos separados.

III.1. DO JULGAMENTO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO NA ÚLTIMA TOMADA DE PREÇOS – TC 001/2022

Em meados do mês de março do corrente ano, foi publicado edital de Tomada de Preços nº 001/2022, com o mesmo objeto do edital em que se apresentam estas razões recursais.

Naquela ocasião, a II. Comissão Permanente de Licitação manteve posicionamento firme ao longo de todo o certame licitatório, inabilitando **todos** os licitantes e, inclusive, cancelando a licitação ao fim, tendo em vista que as empresas participantes apresentaram documentos em discordância com o que estava previsto no edital.

O posicionamento da Comissão Permanente de Licitação foi voltado exclusivamente ao julgamento **OBJETIVO** dos documentos dos licitantes, sem nenhuma interpretação subjetiva e com margem adversa, aceitando somente aqueles documentos que estavam seguindo estritamente os comandos editalícios.

A exemplo da própria empresa recorrente, a CPL a inabilitou no certame por ter apresentado o seguro garantia com a data da primeira sessão presencial para apresentação das propostas – sessão esta que posteriormente teve sua data remarcada e, por este motivo, deu ensejo ao equívoco da empresa que emitiu o seguro garantia.

Tratava-se de **mero erro material**, mas a Comissão mesmo assim inabilitou a ora recorrente, posicionamento este que, com a devida vênia, deve permanecer em todos os procedimentos licitatórios deste respeitável Município, **especificamente nesta nova Tomada de Preços nº 005/2022**, em que se apresenta as razões recursais a seguir.

Para calhar o exposto e para se ter ideia do posicionamento efetivo e objetivo desta CPL – posicionamento este que, como dito, também se espera neste novo certame, segue um trecho do julgamento de 04 de abril de 2022, naquela Tomada de Preços nº 001/2022:

ampla defesa e contraditório. O Presidente informou que findo o prazo para apresentação das eventuais manifestações, todas empresas recorridas, apresentaram suas contrarrazões, momento em que o Presidente da Comissão Permanente de Licitação, de posse de todos documentos, recursos e contrarrazões, remeteu o processo para a Assessoria Jurídica para análise e emissão de Parecer Jurídico sobre a matéria. Após análise, a Assessoria Jurídica emitiu o Parecer opinando pelo **PROVIMENTO PARCIAL DOS RECURSOS**, no entanto considerando todas empresas as licitante do certame **INABILITADAS**, cada uma por seu motivo a saber: A empresa **Ecomig Gestão de Resíduos Sólidos**, por não exibir no seu envelope de habilitação o comprovante de garantia da proposta válido na de apresentação das Propostas de Preços; A empresa **C&E Comercial de Divino Ltda** por não fazer prova da validade e da adequação do seu atestado de capacidade técnica, assim não atendendo ao edital; a empresa **Portes & Tranim Ltda**, por não fazer prova pelo seu contrato social de deter capital social de no mínimo 10% do valor da planilha do edital; As empresas **Portes & Tranim**



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Ltda e Fernando A. da Silva, por terem em seus quadros um mesmo responsável técnico, carreando vício ao certame. A Comissão votou pelo acatamento do Parecer Jurídico em sua integralidade, declarando as empresas **PORTES & TRANIM LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº **17.273.742/0001-93**; **FERNANDO A. DA SILVA**, inscrita no CNPJ sob o nº **71.162.150/0001-40**; **C&E COMERCIAL DE DIVINO LTDA – ME.**, inscrita no CNPJ sob o nº **18.927.664/0001-66** e **ECOMIG GESTÃO DE RESÍDUOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº **44.618.485/0001-57**, **INABILITADAS**, na fase de Habilitação de Documentos do Processo Licitatório nº003/2022, Tomada de Preços nº001/2022. Considerando o provimento parcial

Este julgamento em análise seguiu o parecer opinativo da douta Assessoria Jurídica, podendo-se observar que ambos os órgãos – assessoria e CPL – seguiram à risca os ditames do edital, inabilitando as empresas que não o seguiram integralmente.

Com o exposto, passa-se às razões específicas de inabilitação de cada uma das empresas licitantes, ressaltando, nesta ocasião, o disposto nos arts. 41, 44 e 48 da Lei Federal nº 8.666/93:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

Art. 48. Serão desclassificadas:

I - as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;

Frisa-se: **a)** a Administração está vinculada ao edital, não podendo descumpri-lo; **b)** no julgamento das propostas, a Comissão deve observar obrigatoriamente os critérios definidos no edital; **e c)** serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do edital.

IV. DOS MOTIVOS PARA INABILITAÇÃO DAS LICITANTES

IV.1 – PCK LTDA.

IV.1.1 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA / INOBSERVÂNCIA AO ITEM 1.15 DO EDITAL

O item 1.15, da *Seção VI “das condições de participação na licitação”*, no campo da Qualificação Técnica do edital, assim dispõe:

1.15 - Declaração de disponibilidade para início dos serviços, conforme Anexo VII devidamente assinada pelo representante legal e obrigatoriamente com firma reconhecida em cartório, sob pena de desclassificação em caso de não atendimento.

De forma objetiva, o edital exige que o anexo VII do edital, intitulada “declaração de disponibilidade para início dos serviços”, deve ser devidamente assinada pelo representante legal da empresa licitante **E TER, OBRIGATORIAMENTE, FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO, sob pena de desclassificação em caso de não atendimento.**

A empresa **PCK CONSTRUTURA** não cumpriu com essa determinação, apresentando o anexo VII acima citado **sem o devido reconhecimento de firma reconhecida em cartório.** Veja:

PCK CONSTRUTORA
CNPJ: 23.952.501/0001-73

ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS

À Prefeitura Municipal de Divino/MG
A/C Comissão Permanente de Licitação
Referência: Tomada de Preços Nº. 005/2022

Prezados Senhores,

A empresa **PCK CONSTRUTORA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ sob o Nº **23.952.501/0001-73**, por meio de seu representante legal, vem relacionar e declarar, para os fins previstos no edital, os equipamentos disponíveis para a prestação dos serviços objeto da licitação, consoante as exigências do instrumento convocatório:

Conforme o Anexo I – Projeto Básico:

Veículos
01 Caminhão Compactador (12m³) – PBT 15T;
01 Caminhão Semipesado – PBT 9T – Carroceria de madeira ou caçamba basculante – 5m³
01 Veículo tipo Fiorino
Equipamentos
06 Lutocar – 100L.
Ferramentas conforme planilhas de composição de custo.

Atenciosamente.

Kleber Araújo Rocha
PCK CONSTRUTORA LTDA ME
Kleber Araújo Rocha - Sócio Administrador
CPF: 062.427.894-85 / RG: MG-18658072

PCK CONSTRUTORA LTDA.
(38) 3014-5953; pckconstrutora@gmail.com
AV. MESTRA FÁBIA, 1726A - ANDARAÍ - SALADA - FUNDOZINHO - MORTES CLARAS - MG - CEP: 38.400-178

O próprio edital dispôs que o não reconhecimento de firma dá ensejo à desclassificação do licitante, sendo medida que se impõe a **INABILITAÇÃO DA EMPRESA PCK CONSTRUTORA LTDA.**

IV.2 – EVOLUÇÃO SERVIÇOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS


IV.2.1 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA / INOBSERVÂNCIA AO ITEM 1.15 DO EDITAL

Como dito no tópico referente à licitante **PCK**, o item 1.15, da *Seção VI “das condições de participação na licitação”*, no campo da Qualificação Técnica do edital, assim dispõe:

1.15 - Declaração de disponibilidade para início dos serviços, conforme Anexo VII devidamente assinada pelo representante legal e obrigatoriamente com firma reconhecida em cartório, sob pena de desclassificação em caso de não atendimento.

De forma objetiva, o edital exige que o anexo VII do edital, documento intitulado “declaração de disponibilidade para início dos serviços”, deve ser devidamente assinado pelo representante legal da empresa licitante **E TER, OBRIGATORIAMENTE, FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO, sob pena de desclassificação em caso de não atendimento.**

A empresa **EVOLUÇÃO SERVIÇOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS** não cumpriu com essa determinação, apresentando o anexo VII acima citado **sem o devido reconhecimento de firma reconhecida em cartório.** Veja:

 **evolução**
SERVIÇOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS

ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS

Belo Horizonte, 30 de setembro de 2.022

À
Prefeitura Municipal de Divino
A/C Comissão Permanente de Licitação
Referência: Tomada de Preços nº 005/2022

Prezados Senhores,

A empresa **EVOLUÇÃO SERVIÇOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 27.740.311/0001-43, por meio de seu representante legal, vem relacionar e declarar, para os fins previstos no edital, os equipamentos disponíveis para a prestação dos serviços objeto da licitação, consoante as exigências do instrumento convocatório:




Equipamento:

- ✓ 01 (um) caminhão marca VW, modelo: 17.230, equipado com coletor compactador de 15 m³ ou similar;
- ✓ 01 (um) caminhão basculante Marca VW modelo 11.180 ou similar
- ✓ Pá, vassouras e garrafa térmica que constituem equipamentos obrigatórios;
- ✓ 01 Pick-up tipo Fiorino
- ✓ 01 Roçadeiras Costal
- ✓ 06 Carrinhos Lutocar

Evolution Serviços e Soluções Ambientais Ltda
CNPJ 27.740.311/0001-43
David Antônio Patrocínio Moreira
Diretor Executivo
Ct: MG 12.851.008/CPF: 076.445.316-62

Av. Raja Gabaglia, nº 1617 - 3º andar - Bairro Luxemburgo - Belo Horizonte/MG
CEP.: 30080-435 | Fone: (31) 3141-2242 | e-mail: licitacao@evolucao.eco.br | CNPJ - 27.740.311/0001-43

Página 1/2 - Documento assinado no Assinador Protense. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: <https://assinadornet.com.br/protense/verificar> e informe o login: 018049 e senha: 7s36V73v

O próprio edital dispôs que o não reconhecimento de firma dá ensejo à desclassificação do licitante, sendo medida que se impõe a **INABILITAÇÃO DA EMPRESA EVOLUÇÃO SERVIÇOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS.**

IV.2.2 – DO BALANÇO PATRIMONIAL - Item 1.17, Seção VI “das condições de participação da licitação”, no Campo da Qualificação Econômico-Financeira

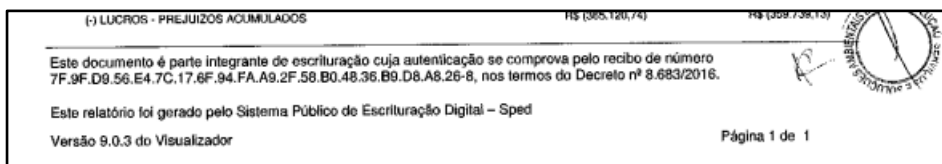
Quanto ao Balanço Patrimonial dos licitantes, exigência editalícia, o item 1.17 do edital assim dispõe:

1.17 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, **devidamente registrado na Junta Comercial**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

O dispositivo exige como documento de habilitação o balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social dos licitantes, já exigíveis e apresentados na forma da lei, **e devidamente registrados na junta comercial.** O intuito é comprovar a situação financeira da empresa por documentos idôneos, com a devida certificação da junta comercial responsável.

Não há margem para interpretação diversa, tão menos conjunções alternativas “ou” indicando a possibilidade de escolha de um requisito ou outro. O item 1.17 apresenta requisitos cumulativos e obrigatórios, devendo todos serem observados pelos licitantes.

A empresa **EVOLUÇÃO SERVIÇOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.** apresentou seu balanço patrimonial **sem o registro na junta comercial**, como manda o edital. Há tão somente a autenticação do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, mas não verifica o devido registro na junta. Veja um exemplo:



Assim, **REQUER-SE A INABILITAÇÃO DA EMPRESA LICITANTE EVOLUÇÃO SERVIÇOS AMBIENTAIS.**

IV.3 – FERNANDO A. SILVA - ME

IV.3.1 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA / INOBSERVÂNCIA AO ITEM 1.15 DO EDITAL

Como dito nos tópicos antecedentes, o item 1.15, da *Seção VI “das condições de participação na licitação”*, no campo da Qualificação Técnica do edital, assim dispõe:

1.15 - Declaração de disponibilidade para início dos serviços, conforme Anexo VII devidamente assinada pelo representante legal e obrigatoriamente com firma reconhecida em cartório, sob pena de desclassificação em caso de não atendimento.

De forma objetiva, o edital exige que o anexo VII do edital, documento intitulado “declaração de disponibilidade para início dos serviços”, deve ser devidamente assinado pelo representante legal da empresa licitante **E TER, OBRIGATORIAMENTE, FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO, sob pena de desclassificação em caso de não atendimento.**

A empresa **FERNANDO A. SILVA – ME** não cumpriu com essa determinação, apresentando o anexo VII acima citado **sem o devido reconhecimento de firma reconhecida em cartório, aliás, diga-se de passagem, que a referida empresa SEQUEU ASSINOU O DOCUMENTO (ANEXO VII).** Veja:

VENEZA
VENEZA CORPORAÇÃO, EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÃO
(FERNANDO A. SILVA – ME)
CNPJ: 71.162.150/0001-40
construtoraveneza@gmail.com

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS

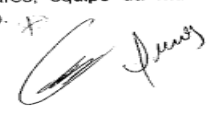
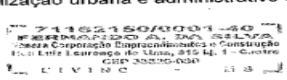
Divino-MG, 27 de setembro 2022.

A
Prefeitura Municipal de Divino
Referência: Tomada de Preços nº005/2022

Prezados Senhores,

Prezados Senhores,
A Empresa Fernando A. Silva - (Veneza Corporação, Empreendimentos e Construção), cujo Registro no CREA nº 75981, inscrita no CNPJ sob o nº 71.162.150/0001-40, neste ato representada por Fernando Alves da Silva, Brasileiro, Casado, Empresário, Diretor da empresa licitante, este inscrito no CPF sob o nº 021.053.917-88, por meio de seu representante legal, vem relacionar e declarar, para os fins previstos no edital, os equipamentos disponíveis para a prestação dos serviços objeto da licitação, consoante as exigências do instrumento convocatório:

1. 01 (um) Caminhão compactador em conformidade com as exigências técnicas e capacidade previstas no edital.
2. 01 (um) Caminhão caçamba em conformidade com as exigências técnicas e capacidade exigidas previstas no edital.
3. 01 (um) Veículo Fiorino, em conformidade com as exigências técnicas e idade máxima de 5 anos conforme edital.
4. Todas ferramentas necessárias conforme edital e planilha, para execução de todas atividades que a empresa cumpre em desempenhar, para as equipes de (varrição, coleta de resíduos urbanos e hospitalares, equipe de multiref, agente de fiscalização urbana e administrativo e etc).

O próprio edital dispõe que o não reconhecimento de firma dá ensejo à desclassificação do licitante, sendo medida que se impõe a **INABILITAÇÃO DA EMPRESA FERNANDO A. SILVA.**

IV.4 – HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELI - ME

IV.4.1 – DO RESPONSÁVEL TÉCNICO – ITENS 1.10 E SEQUENTES DO EDITAL – SEÇÃO VI – “qualificação técnica”.

No que tange à responsabilidade técnica pela empresa licitante, no que tange à prestação dos serviços objeto do edital, o item 1.15, da *Seção VI “das condições de participação na licitação”*, no campo da Qualificação Técnica, assim dispõe:

1.10 - Certidão de Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) de origem;

1.11- Prova de registro ou inscrição e quitação de pessoa jurídica e do Responsável Técnico junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, conforme objeto social da empresa, que irá acompanhar a execução do serviço, com vigência plena.

1.12 - Comprovação de possuir em seu quadro dirigente ou de pessoal, profissional de nível superior, responsável técnico da licitante, graduado em engenharia, detentor de atestado de capacitação técnica fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado do CAT devidamente registrada na entidade profissional competente (CREA), relativo aos serviços de limpeza urbana, com características semelhantes ao objeto da licitação. Sendo necessária a comprovação das seguintes atividades:

a) Varrição manual de avenidas, ruas, praças e logradouros públicos;


b) Coleta e transporte até o destino final de resíduos domiciliares e comerciais com utilização de caminhão compactador;

c) Capina e roçada manual ou mecanizada.

1.12.1 - O detentor dos atestados deverá ser o Responsável Técnico pelos serviços

A empresa **HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELI** apresentou como responsável técnico o Engenheiro Civil **HELTON WANDERSON LINO DE SOUZA**, conforme consta na Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física juntado nos autos, expedido pelo CREA-MG.

Todavia, no referido documento, expedido em 05 de abril de 2022, não há a indicação de nenhuma empresa sob a responsabilidade do Engenheiro Civil HELTON WANDERSON LINO DE SOUZA, portanto, não consta em tal documento a própria **HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELI**. Veja:

| | | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|---------------------------------------------------------------------------------------|
|  | CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966 | CREA-MG | Nº 2902269/2022 Emissão: 05/04/2022 Validade: 31/03/2023 Chave: WZdZB |
| Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais | | | |
| CERTIFICAMOS que o(a) profissional encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o(a) interessado(a) não se encontra em débito com o CREA-MG. | | | |
| Interessado(a) | | | |
| Profissional: HELTON WANDERSON LINO DE SOUZA Registro: 1404508546 CPF: 028.491.766-48 Endereço: RUA JOSE RIBEIRO DOS SANTOS, 45, CENTRO, CONFINS, MG, 33500000 Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS) Data de registro: 14/09/2007 | | | |
| Título(s) | | | |
| GRADUAÇÃO | | | |
| ENGENHEIRO CIVIL Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA. Data de Formação: 29/08/2007 | | | |
| Descrição | | | |
| CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA | | | |
| Informações / Notas | | | |
| <ul style="list-style-type: none">- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.- Válido em todo território nacional. | | | |
| Última Anuidade Paga | | | |
| Ano: 2022 (1/1) | | | |
| Autos de Infração | | | |
| Nada consta | | | |

Destarte, mesmo que posteriormente o Sr. **HELTON WANDERSON LINO DE SOUZA** venha a ser o Engenheiro responsável pela empresa **HORIZONTES**, fato é que deveria ser expedido uma nova Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física, desta vez, constando as informações específicas de representação da empresa.

O motivo da necessidade de expedir uma nova certidão se dá pelo fato de que a própria CAT assim prevê em seu campo de "informações/notas":

| |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Informações / Notas |
| <ul style="list-style-type: none">- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.- Válido em todo território nacional. |

Ou seja, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais contidos na CAT, ou se haver alterações nos elementos ali contidos, **A CERTIDÃO PERDERÁ A VALIDADE**, para todos os efeitos.

Assim, cai por terra completamente a representação do Engenheiro Civil **HELTON WANDERSON LINO DE SOUZA**, que não possui anotação de responsabilidade técnica de **nenhuma empresa** em sua Certidão de Registro e Quitação Pessoa Física expedida recentemente e anexada nos autos, **para feito de comparação, observa-se que as Certidões dos RTs das demais empresas apresentam pelo menos uma empresa como responsável.**

IV.4.2 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA / INOBSERVÂNCIA AO ITEM 1.15 DO EDITAL

E o erro se repete para mais uma empresa licitante, que não observou e seguiu à risca o item 1.15, da *Seção VI “das condições de participação na licitação”*, no campo da Qualificação Técnica do edital, que assim dispõe:

1.15 - Declaração de disponibilidade para início dos serviços, conforme Anexo VII devidamente assinada pelo representante legal e obrigatoriamente com firma reconhecida em cartório, sob pena de desclassificação em caso de não atendimento.

De forma objetiva, o edital exige que o anexo VII do edital, documento intitulado “declaração de disponibilidade para início dos serviços”, deve ser devidamente assinado pelo representante legal da empresa licitante **E TER, OBRIGATORIAMENTE, FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO, sob pena de desclassificação em caso de não atendimento.**

A empresa **HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELI-ME** não cumpriu com essa determinação, apresentando o anexo VII acima citado **sem o devido reconhecimento de firma reconhecida em cartório.** Veja:

**HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO
EIRELE-ME**

CNPJ 22.454.801/0001-60

Rua Gameleira, 340- Centro Confins.

Tel: (31) 3495-5271

Email: licitacoes@horizontesengenharia.com

Confins 30 de setembro de 2022.

A SERVIÇO PREFEITURA MUNICIPAL DIVINO

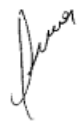



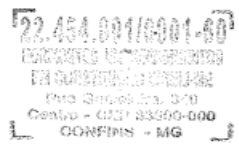

PROCESSO N° 082/2022

TOMADA DE PREÇOS N° 005/2022

ANEXO VII DISPONIBILIDADE PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS

Prezados Senhores,

A Empresa **HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELE**, inscrita(o) no CNPJ/CPF sob o nº **22.454.801/0001-60**, por meio de seu representante legal, vem relacionar e declarar, para os fins previstos no edital, os equipamentos disponíveis para a prestação dos serviços objeto da licitação, consoante as exigências do instrumento convocatório:

CNPJ 22.454.801/0001-60

HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELE

O próprio edital dispôs que o não reconhecimento de firma dá ensejo à desclassificação do licitante, sendo medida que se impõe a **INABILITAÇÃO DA EMPRESA HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELE**.

IV.5 – PORTES E TRANIN LTDA.

IV.5.1 – ATESTADO DE REGISTRO E QUITAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA JUNTO AO CREA

Quanto a responsabilidade técnica pela empresa licitante, no que tange à prestação dos serviços objeto do edital, o item 1.11, da *Seção VI “das condições de participação na licitação”*, no campo da Qualificação Técnica, assim dispõe:

1.11- Prova de **registro ou inscrição e quitação de pessoa jurídica** e do Responsável Técnico **junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA**, conforme **objeto social da empresa**, que irá acompanhar a execução do serviço, com **vigência plena**.

Ou seja, a empresa licitante deve apresentar registro ou inscrição e quitação de pessoa jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, **conforme objeto social da empresa, de vigência plena**, sem qualquer hipótese de apresentação de documento inválido, portanto.

A licitante **PORTES & TRANIN LTDA. – EPP** apresentou a Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Jurídica nº 2904298/2022, com todas as informações específicas, sendo de destaque para o presente recurso os seguintes pontos:

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| CERTIFICAMOS que a Empresa mencionada e seus responsáveis técnicos listados encontram-se registrados neste Conselho, nos Termos da Lei 5.194/66, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que a Empresa e seus responsáveis técnicos listados não se encontram em débito com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, estando a Empresa habilitada a exercer suas atividades, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(veis) técnico(s). | |
| Interessado(a) | |
| Empresa: PORTES & TRANIN LTDA - EPP | |
| CNPJ: 17.273.742/0001-93 | |
| Registro: 36758 | |
| Categoria: Matriz | |
| Capital Social: R\$ 100.000,00 | |
| Data do Capital: 17/08/2015 | |
| Faixa: 2 | |
| Objetivo Social Pleno: O OBJETIVO SOCIAL E LIMPEZA URBANA, COLETA DE RESÍDUOS PERIGOSOS E NÃO PERIGOSOS, SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE JARDINS, SERVIÇOS DE PODA DE ÁRVORES EM ÁREA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, PODA E PLANTIO DE ÁRVORES NA ÁREA URBANA, SERVIÇOS DE PODA EM LINHAS DE TRANSMISSÃO NA ÁREA RURAL E URBANA; SERVIÇOS DE LIMPEZA GERAL (NÃO ESPECIFICADA) DE PRÉDIOS DE QUALQUER TIPO: RESIDENCIAIS, ESCRITÓRIOS, FÁBRICAS, ARMAZENS, HOSPITAIS, PRÉDIOS PÚBLICOS E OUTROS PRÉDIOS QUE DESENVOLVEM ATIVIDADES COMERCIAIS E DE SERVIÇOS; LIMPEZA DE JANELAS E DECORADORES EXTERNOS; TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS PERIGOSOS E NÃO-PERIGOSOS; ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, ESTACADA DE TRANSFERÊNCIA DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS; ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO; TRANSFERÊNCIA DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS PARA ATERRO SANITÁRIOS OU LIXOS; OBRAS DE TERRAPLENAGEM; CONSTRUÇÃO E REFORMA DE EDIFÍCIOS, CASA, LOJAS COMERCIAIS, CLÍNICAS, HOSPITAIS, PRÉDIOS GOVERNAMENTAIS, ESCOLAS, FACULDADES, CRECHES E OUTROS; PAVIMENTAÇÃO DE RUAS, CALÇAMENTO DE RUAS, RECUPERAÇÃO DE RUAS, MEIO-FIO, PRACAS E AVENIDAS, ASFALTAMENTO; COLETA, CLASSIFICAÇÃO DE RESÍDUOS ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO; MANUTENÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E OUTROS SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. | |
| Objetivo Social Restrito as Atividades Profissionais Fiscalizadas pelo Sistema Confea/CREA: | |

O capital social informado, conforme *print* acima, é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), cujo documento possui data de emissão em 08 de abril de 2022, com validade até 31 de março de 2023.

A certidão ainda é categórica em informar, no campo “informações/notas”, que a **certidão perderá VALIDADE, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos**. Veja:

| |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Informações / Notas |
| - A capacidade técnico-profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais constantes de seu quadro técnico. |
| - Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos |

O imbróglio surge exatamente neste ponto.

Em setembro do corrente ano, a empresa **PORTES & TRANIN LTDA** alterou o seu capital social para R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), consoante se observa do instrumento de “terceira alteração contratual” apresentado pela referida empresa junto à sua documentação de habilitação. Para calhar o exposto, observe:

17

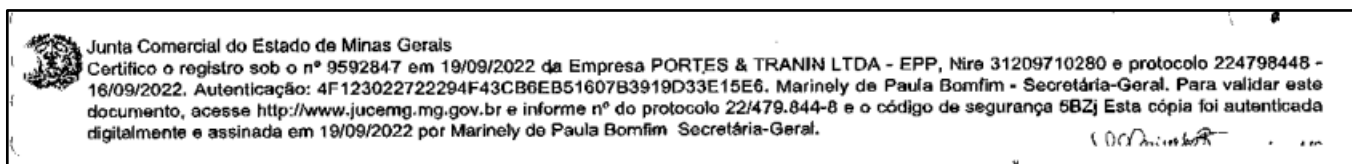
**TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
PORTES & TRANIN LTDA
CNPJ: 17.273.742/0001-93 NIRE: 3120971028-0**

Dalton Carlos Tranin, brasileiro, maior, casado em regime de Comunhão Parcial de Bens, nascido aos 06/10/1967, natural de Divino/MG, empresário, portador da Carteira de Identidade nº M – 4.638.824 expedida pela SSP/MG, Carteira de Habilitação nº 00902551886 expedida pelo DETRAN/MG e CPF nº 632.983.416-49, residente e domiciliado à Rua Ildefonso Frossard nº 283, Centro em Divino/MG, CEP: 36.820-000 e **Lucas Portes Barbosa**, brasileiro, maior, nascido aos 07/06/1984, natural de Belo Horizonte/MG, casado em regime de Comunhão Parcial de Bens, empresário, portador da Carteira de Identidade nº MG – 8.304.364 expedida pela SSP/MG, Carteira de Habilitação nº 02500308022 expedida pelo DETRAN/MG e CPF nº 063.455.516-27, residente e domiciliado à Rua Maria Elias Chaibem nº 165, Bairro Cidade Nova, Divino/MG, CEP: 36.820-000. Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira sob a denominação social de **Portes & Tranin Ltda - ME**, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 3120971028-0 em 07/12/2012, sede à Rua Coronel Fulgêncio nº 18, Bairro Triângulo em Carangola/MG, CEP: 36.800-000 e com CNPJ nº 17.273.742/0001-93. **RESOLVEM DE COMUM ACORDO** e na melhor forma de direito promoverem o presente instrumento de alteração contratual e o fazem regendo – o pelas seguintes cláusulas e condições:

- I -

Fica elevado neste ato o capital social para a quantia de R\$ 250.000,00 (Duzentos e Cinquenta Mil Reais), mediante o aproveitamento da Reserva de Lucros no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais), aumento este distribuído de forma proporcional a atual participação dos sócios, conforme cláusula terceira da presente alteração contratual.

O registro desta terceira alteração contratual se deu especificamente em 16 de setembro de 2022, conforme a certidão contida na nota de rodapé do documento:



Conclui-se, com esta linha de raciocínio e documentação anexada no corpo destas razões recursais, **que a empresa PORTES & TRANIN LTDA - EPP** alterou o valor do seu capital social em data posterior à emissão da Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Jurídica nº 2904298/2022, **dando ensejo, portanto, à PERDA DA VALIDADE DO DOCUMENTO**, consoante exposto em seu texto e nos termos do que já fora anexado em linhas passadas.

In casu, verifica-se manifesta violação a um dos princípios basilares do processo licitatório, qual seja, a vinculação ao instrumento convocatório, consagrado pelo já citado art. 41 da Lei nº 8.666/93, que proíbe à Administração Pública desvincular-se e descumprir as normas e condições previamente estabelecidas no edital.

Nesse sentido, importante transcrever o magistério de Hely Lopes Meirelles, que pontua o seguinte:

“A vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e proposta em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu.” (Direito Administrativo Brasileiro, 18ª ed., São Paulo, 1993, p. 250).

Veja o que entende o Eg. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais sobre o princípio em tela:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS. HABILITAÇÃO TÉCNICA. LICITANTE. ATENDIMENTO. INABILITAÇÃO INDEVIDA. Pelos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, à administração é vedada qualquer interpretação contrária ao edital ou de caráter subjetivo, sujeitando-se estritamente às regras previamente estabelecidas. A qualificação técnica-operacional distingue-se da qualificação técnico-profissional, sendo aquela referente à empresa e esta aos profissionais que a compõem; o CREA não expede certidão de acervo técnico em nome de empresa, conforme informado pelo próprio órgão, razão pela qual se revela descabido a inabilitação de licitante sob tal argumento. (TJMG - Reexame Necessário-Cv 1.0525.09.162056-3/001, Relator(a): Des.(a) Antônio Sérvulo, 6ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 03/11/2009, publicação da súmula em 15/01/2010)

No julgamento acima, o Desembargador Relator apresentou entendimento de que, pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório e pelo do julgamento objetivo, “*à administração é vedada qualquer interpretação contrária ao edital ou de caráter subjetivo, sujeitando-se estritamente às regras previamente estabelecidas*”.

Se o Edital previu em seu item 1.11 que a empresa licitante deve apresentar registro ou inscrição e quitação de pessoa jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, **conforme objeto social da empresa, de vigência plena**, sem qualquer hipótese de apresentação de documento inválido, **portanto, por haver documentação inválida do licitante PORTES & TRANIN – EPP**, deve ela ser declarada **INABILITADA do presente certame!**

V. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, alicerçado nos argumentos acima desenvolvidos, bem como na legislação aplicável à espécie, estando demonstrado que as empresas licitantes não cumpriram com todas as exigências de habilitação previstas no Edital, a empresa **ECOMIG GESTÃO DE RESÍDUOS LTDA** requer a esta r. Comissão Permanente de Licitação dê provimento a este recurso, para fins de reconsiderar a decisão que habilitou todos os licitantes, e **INABILITAR AS EMPRESAS PORTES & TRANIN – EPP, PCK LTDA., EVOLUÇÃO SERVIÇOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA., HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELI - ME e FERNANDO A. SILVA - ME**, com base em toda a fundamentação trazida nestas razões recursais.

Caso esta r. Comissão não reconsidere a decisão proferida, a Recorrente requer que seja este *Recurso* apreciado por autoridade superior, conforme previsto no item 04, *Seção XVI* do edital de Tomada de Preços nº 005/2022, assim como previsão do §4º do artigo 109 da *Lei nº 8.666/93*.

Nesses termos, pede-se deferimento.
Belo Horizonte/MG, 06 de outubro de 2022.

ECOMIG GESTÃO DE RESÍDUOS LTDA

CNPJ: 44.618.485/0001-57